



SOBRE PRÁTICAS-POLÍTICAS DE VIOLÊNCIAS HOMOFÓBICAS E TRANSFÓBICAS EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO: OS USOS DO PEE E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS CURRÍCULOS REALIZADOS NOS COTIDIANOS

ZAMPROGNO, Daniela Braga Araújo¹

GOMES, Maria Regina Lopes²

Este texto é um recorte e se articula aos debates que fazemos na dissertação de mestrado, em andamento, no Mestrado Profissional em Segurança Pública. Interessa-se por problematizar as práticas-políticas de produção de violências homofóbicas/transfóbicas nos cotidianos de uma escola pública de ensino médio. O tema de estudo foi escolhido pelo desejo de compreender e visibilizar os mecanismos e interesses históricos, sociais, culturais, políticos e de poder que provocaram a retirada, pelos parlamentares, das expressões “gênero” e “orientação sexual” do PEE – Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo –, e os desdobramentos dessa medida nas práticas-políticas curriculares que são realizadas nos cotidianos escolares. Assume como perspectiva teórico-político-epistemológica as redes de conhecimento e como opção metodológica as práticas de pesquisa com os cotidianos. Objetiva, assim, compreender os desdobramentos dos indicativos curriculares prescritos no PEE em relação aos debates de gênero nas práticas docentes, nos currículos e na (re) produção dessas violências, a fim de problematizar os processos de silenciamentos e exclusão. Esta pesquisa se localiza entre os cotidianos de escolas e os gabinetes da Assembleia Legislativa.

Palavras chaves: Homofobia/Transfobia. Cotidianos. Currículos.

Introdução

Os processos de constituição das violências homofóbicas e transfóbicas permeiam a rotineiramente a sociedade, muitas vezes tornando-se algo natural ou invisibilizado. Desse modo, esses processos também estarão presentes na escola, uma vez que nos cotidianos circulam diversos *sujeitos praticantes* (CERTEAU, 1994) e que, como protagonistas, pertencem à sociedade tecendo modos de ser e viver, em uma incessante produção de valores que acaba por estabelecer uma atitude ético-política no mundo.

¹ Mestranda do Programa do Mestrado Profissional em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha - UVV. E-mail: danielabraga.araujo@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Docente do Programa do Mestrado Profissional em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha - UVV. E-mail: maria.gomes@uvv.br



A homofobia pode ser conceituada por expressões de ódio, aversão, intransigência e manifestações violentas direcionadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, formando a sigla LGBTTTI (PRADO; RIBEIRO, 2015).

Por meio de um processo de naturalização de um discurso hegemônico heteronormativo, instituem a repulsa contra as expressões de orientação sexual e identidade de gênero em face daqueles que não se enquadram dentro dessa “fôrma/forma”.

Enquanto a transfobia, segundo Jesus (2012) seria a intolerância em relação às pessoas transgêneros, travestis e transexuais, ou seja, em relação a identidade de gênero do indivíduo que diverge do padrão ditatorial da heteronormatividade. A identidade de gênero pode ser compreendida como a “fôrma/forma” que o sujeito se reconhece como homem, mulher ou ambos, sendo que tal conceito não tem qualquer relação com a anatomia da pessoa ou com seus órgãos genitais (DIAS, 2014).

No ano de 2015, uma disputa acirrada entre setores conservadores e progressistas da sociedade foi formada para discussão da retirada ou não das expressões “gênero” e “orientação sexual” no Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo- PEE.

Importante destacar, que a versão original do projeto de lei para instituição do PEE, previa em suas estratégias 3.13 e 6.2 a implementação de uma educação voltada à diversidade de gênero e orientação sexual:

3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito (racial, classe social, **orientação sexual, gênero**, etc.) ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão; (Grifo nossos)

[...]

6.2) criar estratégias curriculares que atendam a uma educação de formação integral, com conteúdos e práticas que respondam às exigências do momento histórico e das demandas do futuro, atendendo ainda demandas como educação em direitos humanos, respeito às diferenças (classe social, **orientação sexual, gênero** e etnia racial); (Grifo nossos)

Surpreendentemente, quando o referido Projeto de Lei foi votado no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, as menções “gênero” e “orientação sexual” foram totalmente suprimidas e, posteriormente, promulgou-se a Lei Estadual nº 10.382, de 24 de junho de 2015 (ESPÍRITO SANTO, 2015):



3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

[...]

6.2) criar estratégias curriculares que atendam a uma educação de formação integral, com conteúdos e práticas que respondam às exigências do momento histórico e das demandas do futuro, atendendo ainda demandas como educação em direitos humanos e respeito às diferenças

Infelizmente, essa medida não foi adotada somente pelo Estado do Espírito Santo, sendo também tomada quando da aprovação do Plano Nacional de Educação.

Logo, nota-se que os parlamentares nacionais e capixabas se omitiram em conferir visibilidade aos anseios dos estudantes LGBTTI, silenciando suas vozes e atuando, em nossa opinião, como mais um instrumento reprodutor de violências homo/transfóbicas.

Assim, não se pode negar que a omissão e o silenciamento tornam-se ainda signos dos processos de constituição de violências em face dos estudantes que não se enquadram no padrão heteronormativo (DINIS, 2011)

Os caminhos teóricos-metodológicos-epistemológicos e políticos

Os estudos e pesquisas *com* os cotidianos (FERRAÇO, 2003) serão usados na pesquisa como uma maneira de transitar nas redes tecidas nos cotidianos da Escola Estadual de Ensino Médio “Maria Ortiz”, localizada no Município de Vitória, pois acreditamos que uma metodologia executada de forma ortodoxa, com seus procedimentos, técnicas e modos de organizar as análises, geralmente elaboradas a priori e, que de certa maneira reduz as possibilidades de uma aproximação com o que é vivido nas/com as múltiplas redes que tecem esses cotidianos de escola.

Dessa maneira, esse pensamento nos encaminha a afirmar os cotidianos como um *espaçostempos* de permanentes tessituras de saber e criação (ALVES; GARCIA, 2002). Assim, acreditamos como pesquisadoras que não podemos desconsiderar as nossas razões e emoções quando do tratamento e análises do objeto de estudo, já que aprendemos com Ferrazzo (2003) sobre nossa implicação com a pesquisa e com o que estudamos. Isso porque, apostamos que não podemos nos convencer mais da neutralidade do conhecimento científico e “nem nas fronteiras que a modernidade pretendeu estabelecer entre essas diferentes instâncias e dimensões” (OLIVEIRA, 2008).



Sendo assim, na trajetória da pesquisa, pretendemos mergulhar com todos os sentidos (ALVES, 2001) nessas redes procurando as nuances, os detalhes, aquilo que nem sempre é percebido, mas que está presente nas tramas de *saberes, fazeres, valores, sentidos, significados, poderes, afetos* entre tantas outras...

.As conversas com os alunos, professores e coordenadores, pedagogos e direção da escola, bem como os usos de *imagensnarrativas* (FERRAÇO, 2015) da escola, serão procedimentos que utilizaremos durante a pesquisa como um modo de compreender os processos de constituição das práticas de violências e exclusões homofóbicas.

Fizemos a escolha de uma escola de Ensino Médio, localizada na região central do Município de Vitória- Espírito Santo, porque reúne um grande quantitativo de jovens, diferentes bairros e municípios da região metropolitana de Vitória. Acreditamos que pela localização da escola, esses jovens-estudantes se deslocam cotidianamente dessas diferentes localidades e consideramos isso bem interessante para esta pesquisa.

[...] interessa-nos desenvolver uma pesquisa preocupada em compreender e analisar o cotidiano das escolas, nas redes de conhecimentos que seus praticantes, através de suas ações e discursos, formam com outros tantos cotidianos em que vivem. Dessa maneira, não estamos partindo de uma contraposição entre as prescrições curriculares e os currículos realizados nas escolas. Estamos assumindo que os currículos realizados no cotidiano apresentam-se como possibilidades potenciais de problematização e ampliação do campo do currículo, incluindo as propostas oficiais, entre tantos outros elementos que se enredam nas redes tecidas no dia-a-dia das escolas (FERRAÇO, 2007, p. 2).

Assim, como nos ensina OLIVEIRA (2008), é necessário que possamos pensar outras metodologias de fazer pesquisa, para que possamos nos aproximar das redes cotidianas e compreender um pouco mais do que desejamos estudar, colocando-nos como pesquisadoras de outros modos, sem que haja uma verticalização das relações, para podermos contribuir com os processos e práticas de democratização da a educação.

Segundo essa autora,

Precisamos descobrir e inventar modos de agir mais próximos e compatíveis com os discursos que somos capazes de produzir. No meu caso, e creio que no da maioria de vocês aqui presentes, modos de fazer política e educação que contribuam para a democracia, para a horizontalização das relações entre os diferentes grupos sociais, para a emancipação social (OLIVEIRA, 2008, p.162).



Logo após o exame de qualificação do projeto de pesquisa, no Mestrado de Segurança Pública da Universidade Vila Velha – UVV, protocolamos um pedido formal junto à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU) para iniciarmos um contato com os *sujeitos praticantes* (CERTEAU, 1994) que habitam a escola, mas, no primeiro momento, o requerimento que fizemos foi indeferido, sob o argumento de que a escola não possuía calendário escolar para “visitação”.

Inicialmente, ficamos surpresas com a negativa, porém solicitamos um pedido de reconsideração à SEDU enfatizando que as “visitações” não iriam mudar o calendário escolar, afirmando nossa aposta e crença na importância do referido projeto para o combate à discriminação de gênero no âmbito escolar, podendo ser uma colaboração para evitar ou diminuir, inclusive, a evasão escolar. Posteriormente, a referida Secretaria concordou com os nossos fundamentos e permitiu a pesquisa.

Não podemos negar que a escola faz parte dessa sociedade que têm se mostrado cada vez mais intolerante e autoritária em suas relações com o outro, eximindo-se de suas responsabilidades com as garantias de direitos e dignidade humana para todas as pessoas. Assim, a negativa inicial à realização da nossa pesquisa pode também estar dizendo disso. Portanto, torna-se cada vez mais urgente a realização de práticas de pesquisas que se coloquem no encontro com o *outro que é legítimo* (MATURANA, 1998), com esses praticantes cotidianos e, com eles, subverter tais discursos heteronormativos hegemônicos, na produção de outros currículos e práticas docentes nas diferenças, tendo como protagonistas os sujeitos que praticam as realidades (FERRAÇO, 2007) da escola.

Neste sentido, apostamos que a escola é um dos ambientes propícios para a quebra de paradigmas, pois é nesses cotidianos que as forças de resistência interagem, articulam e negociam (CAETANO, 2011).

Sobre essa questão, manifestou-se Junqueira (2009) dizendo que

Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica (p.36)



Ademais, confiamos que podemos aprender com as juventudes daquela escola, pois com elas se encontram a renovação e a esperança de que podem se engajarem e transformarem o mundo em que vivemos, e essa possibilidade é que nos motiva "num encantamento criado pela oportunidade de pesquisar essas t-a-n-t-a-s juventudes..." (PIONTKOVSKY, 2013, p.146).

Necessário ainda refletirmos, que os deputados que votaram pela retirada das expressões “gênero” e “orientação sexual” do PEE, no nosso *sentirpensar*, não se preocuparam em como esse instrumento normativo será usado pelas escolas, bem como com os impactos e desdobramentos e sentimentos e conflitos e dores de quem sentirá os efeitos desses *usos* (CERTEAU, 1994).

É notório ainda, que muitas figuras políticas se posicionem desfavoravelmente à igualdade de gênero e ao respeito à orientação sexual. Um exemplo disso, em âmbito nacional, é a figura do Deputado Federal Jair Bolsonaro, o qual afirmou publicamente que “ter filho gay é falta de porrada”. Já em âmbito estadual, temos a presença do Deputado Estadual Padre Honório que, talvez, por motivos religiosos, esteve à frente da mudança dos textos do PEE no tocante às supressões das expressões gênero e orientação sexual.

Desse modo, essas questões, precisam ser problematizadas se desejamos escrever e produzir outras relações na sociedade: mais justas, menos egoístas, mais solidárias e fraternas. Uma sociedade de assumam uma ética e estética da existência do cuidado de si (FOUCAULT, 2004) e que "acolha o outro como legítimo outro na convivência" (MATURANA, 1998). Quem sabe assim, podemos começar outra escrita da história a partir de modos de *pensar/fazer* (CERTEAU, 1994) que contribuam para erradicar as práticas de violências homofóbica/transfóbica da nossa sociedade.

Ademais, percebemos que a legislação espírito santense é muito recente, sendo de suma importância o estudo dos impactos que a não inclusão das expressões “gênero” e “orientação sexual” podem causar nos cotidianos escolares.

Baseados nessas proposições afirmamos, com Longaray (2010), que a inclusão de práticas curriculares que propiciem os debates quanto a pluralidade de gênero e sexual, pode ser uma estratégia para diminuição das práticas de violências, preconceitos,



discriminações e estigmas que tanto afligem os estudantes LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais).

Pretendemos ainda, entrevistar alguns Deputados Estaduais que votaram pela retirada da expressão gênero e orientação sexual do Plano Estadual de Educação, Lei nº 10.382/2015, para entender a motivação dessas remissões, pois, a priori, entendemos que tal conduta reforça a discriminação homofóbica que tanto assola os estudantes LGBTTI.

A heteronormatividade no contexto escolar

Conforme já mencionado anteriormente, a homofobia e a transfobia podem se manifestar de diversas formas, recaindo sobre os indivíduos considerados “anormais”, por meio dos discursos culturais heteronormativos. A situação descrita não é diferente, durante a trajetória escolar das crianças e adolescentes, pois os estudantes que escapam ao nexo compreensível do gênero, ou seja, seus corpos não coadunam com a “normalidade” social, que prevê um conjunto de arsenais multifariamente (JUNQUEIRA, 2009) relacionados e ordenados entre sexo biológico, gênero e sexualidade (BUTLER, 2003), são estigmatizados, marginalizados e muitas vezes desumanizados, passando a serem alvos fáceis das discriminações no âmbito escolar, assim como bem disse Guacira Lopes Louro (2004):

os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (p. 27)

Entretanto, de forma inversa, essa tal “minoria” que escapa a formação de gênero inteligível, ao violar as regras heteronormativas, pode mostrar um caminho para subversão dessas mesmas normas (BENTO, 2011). A mesma autora identifica uma expressão em sua obra, a qual nos chamou atenção, *heteroterrorismo*, que seria a continuidade dos discursos que produzem os gêneros inteligíveis e a heterossexualidade como discursos dominantes, a partir do momento em que se discrimina e fazem piadas e chacotas homo-transfóbicas, ou seja, quando se mantém o silêncio em relação à desumanização da população LGBTTI. Continuando, a mesma pensadora elucida que o ambiente escolar é um dos espaços de (re)



produção do heteroterrorismo e “uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funcionando como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtor da heterossexualidade” (2011, p.555)

Contudo, como será afirmado posteriormente, acreditamos que a escola é um dos locais mais importantes para se combater a homofobia e a transfobia, podendo-se dentro dela e com ela revolucionar os valores pautados na intolerância de gênero e orientação sexual, produzindo outra ética-política...

As estigmatizações e discriminações vividas na escola pela população LGBTTTI, podem interferir substancialmente no seu processo de aprendizagem e ainda acabam por atrapalhar a sua socialização, passando a ter um ambiente social bastante restrito. É (in) diretamente jogada ao gueto, onde tais e os estudantes são apontados por seus pares em um sistema de estigmatização e marginalização, sendo marcados como aqueles que possuem uma vida profana (PERES, 2009).

Os processos de estigmatização são direcionados aos indivíduos que não se enquadram na conformação de modelos predeterminados impostos pela sociedade, ficando os mesmos rotulados, de modo que passam a serem vistos pelos demais, aqueles que se comportam dentro dos padrões da normalidade, como pessoas desprovidas de direitos (PERES, 2009).

Judith Butler (2003) vem recorrentemente apontando que tal situação vivenciada, inserem os LGBTTTI no terrível enquadramento de corpos ‘abjetos’”, ou seja, aqueles cidadãos que não deveriam existir dentro da nossa matriz cultural e, sendo assim, se não deveriam existir, não precisam ser nomeados e nem ao menos pensados como um grupo social excluído. Como se não precisassem reivindicar os seus direitos.

No Ensino Médio, época em que os estudantes se encontram na fase da adolescência, tais questões começam a emergir com maior recorrência, pois os mesmos estão descobrindo ou confirmando sua orientação e/ou identidade de gênero, e a coação da heteronormatividade se torna ainda mais presente. Àqueles que não se sentem inseridos nos padrões ditos como corretos, podem ser excluídos pelo seu ciclo social, sofrerem violência física e psicológica, e como consequência podem esconder a sua sexualidade, desistir da escola e até mesmo cometerem suicídio (REIS, 2012).



Modificar valores socioculturais que colocam à margem pessoas que de alguma forma são vistas como diferentes dos padrões estabelecidos pelas normas hegemônicas é um processo moroso. Reconhecemos também, as lutas pelo reconhecimento e a promoção dos direitos humanos, através do envidamento de esforços dos movimentos sociais e pela academia que vêm trazendo pequenos avanços nas diretrizes para a educação e na forma como a sociedade lida com o diferente.

Desta maneira, defende-se que é de suma importância a inserção de proposições que colaborem para a introdução dos temas de diversidade de gênero e orientação sexual nos currículos escolares, bem como a inclusão e a continuação de estudantes na escola com outra orientação sexual, ou seja, assumindo as diferenças como um direito.

Considerações finais, tentando concluir...

Diante de tantas lutas e avanços e retrocessos da sociedade contemporânea, parece-nos fundamental discutir a homossexualidade e a transexualidade na educação, pois como foi dito, o Plano Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo – PEE e o Plano Nacional de Educação se mantiveram “imunes” quanto ao combate à homofobia e transfobia.

A retirada do Plano Nacional e Estadual de Educação do Espírito Santo das expressões “diversidade de gênero” e “orientação sexual” nada mais é do que mais uma forma de reproduzir os processos de constituição de violências nas escolas.

A escola, como um *espaçotempo* da vida (ALVES, 2001) é um ambiente propício para debates de diversos temas e questões que nos afetam e nos chocam diariamente, a fim de atender as “exigências do momento histórico e as demandas do futuro” como sustenta o texto do PEE. A mudança curricular não é fundamentação vazia, “é uma discussão necessária de ser feita, de tempos em tempos, quando a escola se indaga acerca da pertinência dos conteúdos que ensina” (SEFFNER, 2009).

Somente o acesso à educação não basta. Faz-se necessário que promovamos uma educação inclusiva, pautada na filosofia da diferença, ou seja, através da inclusão daqueles que sempre estiveram marginalizados e fora das preocupações pedagógicas ortodoxas, que incluem estudantes gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, intersexuais.



Acreditamos que a pesquisa contribua para diferentes e importantes problematizações relativas a essas questões e acreditamos que os dados produzidos podem ser mais engrossar as lutas solidárias pela tessitura de um ambiente escolar que se pautem por um *espaço público democrático e de direitos*, contribuindo com outra forma-de-ação de *sujeitos praticantes* da vida. Uma maneira de viver que assuma uma *estética da existência* (FOUCAULT, 2004) que respeite e acolha diferenças, que assumam *o outro como legítimo na convivência* (MATURANA, 1998), e que possa também cooperar para o enfrentamento das violências homofóbica e transfóbica, e de tantas outras...

Referências

ALVES, Nilda. **Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas**. Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-38, 2001.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O Sentido da Escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 dez. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (ed. or.: 1990).

CAETANO, Marcio. Movimentos Curriculares e a construção da heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro, BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea, (Orgs). **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas**. Vitória: EDUFES, 2012. p.63-81.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI**. 6º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.



DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência** Homophobia and education: when omission is also a sign of violence. 2011.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia legislativa. Projeto de Lei n 234/2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE/ES período 2015/2025.** Disponível em < http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 11. mar .2016.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia legislativa. Lei nº 10.382, de 24 de junho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025.** Disponível em < http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 11. mar. 2016.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-175

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Pesquisa com o cotidiano.** Educação & Sociedade, v. 28, n. 98, p. 73-95, 2007.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães. Pensando As Dimensões Éticas, Estéticas E Políticas Da Produção E Do Uso De Imagens Nas Pesquisas Em Educação. **Revista Teias**, v. 16, n. 42, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Uma estética da existência. Ditos & escritos V–ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 288-293, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Secad/MEC, 2009.

LONGARAY, Deise Azevedo. **“Eu já beijei um menino e não gostei, aí beijei uma menina e me senti bem”:** um estudo das narrativas de adolescentes sobre homofobia, diversidade sexual e de gênero. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).



MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Estudos do cotidiano, pesquisa em educação e vida cotidiana: o desafio da coerência**. ETD: Educação Temática Digital, n. 9, p. 162-184, 2008.

PERES, Wiliam Siqueira. **Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 235-263, 2009.

PIONTKOVSKY, Danielle. **Hibridizações curriculares nos cotidianos de uma escola de ensino médio: ou sobre a força dos jovens na invenção de uma vida bonita**. 2013.

PRADO, Vagner Matias; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Homofobia e educação sexual na escola-Percepções de homossexuais no ensino médio**. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, p. 137-152, 2015.

REIS, Antônio Luiz Martins. **O silêncio está gritando: a homofobia no ambiente escolar, um estudo qualitativo em quatro escolas públicas em Curitiba**. 2012.

SEFFNER, Fernando. **Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.